

ESPELHO DE CORREÇÃO

XI EXAME PRJ – Padrão de resposta de Direito Constitucional (10 pts)	
A ADPF é cabível contra qualquer ato do Poder Público que viole ou ameace preceito fundamental.	5,0
Em face de atos normativos anteriores à Constituição de 1988 ou leis municipais, também é cabível o ajuizamento de ADPF.	5,0

XI EXAME PRJ – Padrão de resposta de Direito Administrativo (10 pts)	
a) Prerrogativa que a Administração Pública possui para, na forma da lei, restringir, condicionar ou regulamentar o exercício de direitos, o uso de bens e a prática de atividades privadas, objetivando concretizar o interesse público;	3,0
b) – Discricionariedade: é o poder que a Administração tem de escolher, dentro dos limites legais, por critérios de conveniência e oportunidade, para definir o motivo e escolher o conteúdo do ato para a consecução do interesse público. (1,0) - Coercibilidade: os atos de polícia impõem restrições ou condições que devem ser observadas de forma obrigatória pelos administrados. As medidas impostas no exercício do poder de polícia são impostas de forma unilateral e coativa aos particulares. (1,0) - Autoexecutoriedade: permite a execução direta, imediata e forçada, sem a necessidade de prévia autorização do Poder Judiciário, de um ato administrativo editado no exercício do poder de polícia, podendo, inclusive, utilizar de força pública. Presente quando há previsão em lei ou situação de urgência. (1,0)	3,0
c) - Ordem de polícia - consiste na legislação que estabelece os limites e condições para o exercício da autonomia privada. A ordem de polícia estará vinculada à lei, podendo existir ou não um ato normativo infralegal a regulamentando. (1,0) - Consentimento de polícia - a Administração Pública, fundamentada nas normas editadas na fase da ordem de polícia, concede ou não sua anuência para a prática de determinadas atividades privadas ou para a utilização de bens. (1,0)	4,0

<p>- Fiscalização de polícia – consiste na atividade por meio da qual se verifica se os particulares estão cumprindo as ordens de polícia. (1,0)</p> <p>- Sanção de Polícia - dever-poder que a Administração Pública possui de aplicar penalidades aos particulares que descumprirem as ordens de polícia. (1,0)</p>	
---	--

XI EXAME PRJ – Padrão de resposta de Direito Processual Civil (10 pts)	
A revelia é a ausência de contestação.	2,0
Além do seu efeito processual (contagem do prazo a partir da publicação da decisão no órgão oficial), o efeito material da revelia consiste na presunção relativa de veracidade das alegações de fato deduzidas pelo demandante.	4,0
Não se aplica, em regra, contra a Fazenda Pública, em razão da indisponibilidade que se reveste os direitos e interesses públicos defendidos em juízo.	4,0

XI EXAME PRJ – Padrão de resposta de Direito Tributário (10 pts)	
A ação de consignação em pagamento tem como objetivo permitir ao contribuinte realizar o pagamento de uma obrigação tributária, afastando o risco de sanções ou encargos.	5,0
<p>É necessário depositar o valor da obrigação em juízo, garantindo o adimplemento da dívida. As situações previstas em lei que a ação de consignação em pagamento pode ser utilizada pelo contribuinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Houver recusa do Fisco em receber o pagamento do tributo; ou 2. O contribuinte tiver dúvidas sobre quem é o sujeito ativo legítimo para receber o pagamento; ou 3. Houver controvérsia sobre o valor ou a aplicação de penalidades. <p>(o candidato receberá a pontuação integral do item se citar ao menos duas das hipóteses)</p>	5,0

XI EXAME PRJ – Padrão de resposta de Direito e Processo do Trabalho (10 pts)	
(a) Não. O STF, ao julgar repercussão geral (RE 629.053) em que se discutia, à luz do art. 10, II, b, do ADCT, se o desconhecimento da gravidez da empregada pelo empregador	4,0

<p>afastaria, ou não, o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade provisória, fixou tese vinculante no sentido de que “a incidência da estabilidade prevista no art. 10, inc. II, do ADCT, somente exige a anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa” (Tema 497 da repercussão geral). No mesmo sentido a Súmula 244, item I, do TST, assim dispõe: “o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (art. 10, II, "b" do ADCT)”.</p>	
<p>(b) Não. O ajuizamento de ação trabalhista após decorrido o período de garantia de emprego não configura abuso do exercício do direito de ação, pois este está submetido apenas ao prazo prescricional inscrito no art. 7º, XXIX, da CF/1988, sendo devida a indenização desde a dispensa até a data do término do período estabilitário (Orientação Jurisprudencial n.º 399 da SBDI-1 do TST).</p>	4,0
<p>(c) Não. Conforme entendimento sumulado do TST, a garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade (Súmula 244, item II, do TST).</p>	2,0